

Do Período Arcaico à ilustração: compreendendo a escolarização linguística do português à luz de Mattos e Silva

From the Archaic Period to illustration: understanding the linguistic schooling of Portuguese in light of Mattos e Silva

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.42582>

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Professora da Universidade Federal da Bahia (Professor Associado IV). Atua no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), na área de História e Funcionamento das Línguas Naturais, na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita. Possui Doutorado em Letras e Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Bahia.

E-mail: emiliahelena.pm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0463-4804>

Álvaro César Pereira de Souza

Professor Assistente I da Universidade Tiradentes. Graduado em Letras Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Tiradentes (UNIT), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutor em Linguística Histórica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: acpsouza@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0775-8012>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo focalizar o processo de escolarização linguística do português, em dois momentos históricos: o primeiro, no período arcaico; o segundo, no período colonial, entre o final do século XVIII e início do XIX. É o período da chamada era das luzes, ou ilustração, que em Portugal e suas possessões se consubstancia com as Reformas Pombalinas da Instrução Pública, levadas a termo pelo primeiro-ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal. Nesse percurso, tomam-se como referência as postulações de Rosa Virgínia Mattos e Silva sobre a escolarização e seus efeitos na normatização do português, e também na compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas. Para além do aspecto meramente linguístico, buscam-se, nas diferentes sincronias, os contextos sócio-históricos, dados demográficos, que possam evidenciar políticas linguísticas que se fizeram presentes. Além da obra de Mattos e Silva que embasa este trabalho, serviram como fontes a legislação pombalina, especialmente o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que trata da expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus, bem como os escritos do professor régio de grego, na Capitania da Bahia, Luís dos Santos Vilhena. Com isso, espera-se trazer subsídios para o entendimento do papel da escolarização, enquanto difusor da escrita e de uma norma, nas diversas sociedades.

Palavras-chave: Escolarização. Língua Portuguesa. Mattos e Silva. Luís dos Santos Vilhena. Bahia.

ABSTRACT

This work aims to focus on the linguistic schooling process of the Portuguese language from the archaic period and the so-called era of lights, or illustration, in which, in Portugal and its possessions, it is embodied in the Pombaline Reforms of Public Education, carried out by the Prime Minister of D. José I, Sebastião José de Carvalho and Mello, the Marquis of Pombal. Along this path, Rosa Virgínia Mattos e Silva's writings and reflections on schooling and its effects on the standardization of Portuguese are taken as a reference in two historical moments of the language: the first, the archaic period; the second, in the colonial period, between the end of the 18th century and the beginning of the 19th. In addition to the purely linguistic aspect, there is the issue of the schooling factor, in different synchronies, including the socio-historical, demographic data and political contexts that were present. In addition to the texts by Mattos e Silva that support this work, the Pombaline legislation

served as sources, especially the Royal Order of June 28, 1759, which deals with the expulsion of the clerics from the Society of Jesus, as well as the writings of a royal professor of Greek, in the Captaincy of Bahia, Luís dos Santos Vilhena. With this, it is expected to bring subsidies for the understanding of the role of schooling, as a diffuser of writing and of a norm, in different societies.

Keywords: Schooling. Portuguese language. Mattos e Silva. Luís dos Santos Vilhena. Bahia.

Introdução

Pretende-se, neste texto, tratar da escolarização e como essa tem sido considerada nos estudos da língua portuguesa. Para tanto, toma-se a obra de Mattos e Silva (2002, 2004), mais especificamente, com referência a dois momentos: (i) quando essa aborda o período arcaico, entre os séculos XIII e XVI, e fica evidente que, com a ascensão do vernáculo, ao lado da oralidade houve a penetração da escrita e o aparecimento de mestres e escolas; (ii) quando, nas pesquisas sobre o português brasileiro, essa se refere ao papel da escolarização na reconstrução da sócio-história do português brasileiro. Como motivação do que desenvolve Mattos e Silva (2004), focaliza-se a escolarização na Bahia da segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, com destaque para as aulas régias, instituídas durante o reinado de D. José I, sob a direção do Marquês de Pombal. Ao tratar das aulas régias, nada como tomar o professor régio de grego, Luis dos Santos Vilhena, que foi lente¹ na Bahia, entre os séculos XVIII e XIX e deixou uma obra, *A Bahia no século XVIII* (1969), em que, dentre os assuntos abordados, está o da escolarização naquele período.

Divide-se este texto em três seções, portanto. Na primeira, como dito, trata-se da escolarização nos estudos da língua portuguesa, no período arcaico. Na segunda seção, apresenta-se o que diz Mattos e Silva (2004) sobre a constituição histórica do português brasileiro e o papel da escolarização. Na terceira seção, traça-se um breve panorama do período pombalino, principalmente, quando da implantação das aulas régias no Brasil, em particular na Bahia; para tanto, faz-se referência à obra de Luis dos Santos Vilhena, mais propriamente a Carta oitava, que diz respeito à escolarização na Bahia no período colonial; esses dados vão ser comparados com os de outras fontes, como do *Almanach* (1812), visando apresentar um panorama das aulas e do acesso ao escrito nos finais do período colonial. Embasam teoricamente este trabalho a história social da cultura escrita e a história social linguística. Assume-se com Mattos e Silva (2002, 2004) que a escolarização está relacionada às questões linguísticas e socioculturais, considerando-se uma determinada comunidade, um determinado tempo histórico.

¹ Professor, docente.

1. A escolarização: o uso do escrito na sociedade portuguesa do Antigo Regime

Muito se tem discutido hoje sobre a escolarização, estando essa inserida nos estudos da história da cultura escrita, da história social linguística, da história da educação, evidenciando formas de uso da escrita e sua difusão em determinadas sociedades. Faz parte dessas discussões o alfabetismo, o analfabetismo, a constituição das normas cultas e populares, a demografia histórica, dentre outras questões.

Para tratar da escolarização, começa-se com Mattos e Silva, que como linguista e professora deixou uma produção extraordinária, tanto voltada para os estudos linguísticos, propriamente ditos, quanto para a escolarização e, particularmente, para o ensino de português. Na obra de Mattos e Silva, o tratamento da escolarização é parte das reflexões sobre a língua, como se verifica em *Tradição gramatical e gramática tradicional* (1989), *Contradições no ensino de português* (1997), *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas* (2004), *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* (2004), e também em artigos, em capítulos de livros, em anais de congressos e em manuscritos, ainda muitos deles inéditos. A partir da segunda metade do século XX, principalmente com a propagação das pesquisas desenvolvidas pela sociolinguística, e mesmo de outras correntes da linguística, como o funcionalismo e o gerativismo, o ensino da língua, na escola básica, passou a ter como parâmetro não apenas a gramática normativa, mas a profusão de obras escritas por linguistas, com resultados de pesquisas, algumas com reflexões pedagógicas e que mostram como a língua se apresenta em seus processos de variação e mudança. Mattos e Silva soube muito bem discutir essas questões, de forma lúcida e crítica.

Contempla-se a obra da Autora, selecionando-se dois momentos, como já previsto, que vão subsidiar as discussões sobre a língua e o ensino no século XVIII, com a implantação das aulas régias. Na fase arcaica do português, verifica-se a difusão do escrito, numa sociedade recém-constituída e cuja comunicação é de base oral, eminentemente. Toma-se, para tratar dessa fase, o texto *Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico* (2002), cujo objetivo, conforme Mattos e Silva, é traçar de maneira sintética algumas reconfigurações socioculturais e linguísticas que se implementaram no Portugal de quinhentos, indicando que para as pesquisas que tratam da história da língua portuguesa tais reconfigurações se refletem na documentação escrita remanescente (p. 29). A primeira fase do português arcaico, de acordo com a proposta de periodização de Mattos e Silva, é caracterizada pela oralidade, mas já se fazia uso, também, da escrita, como se vê a partir da seguinte afirmação:

Como referido, o português era escrito, a partir do século XIII, sem que as pessoas o estudassem para escrevê-lo; escreviam como ouviam e, certamente, dentro de certas tradições de escrita conhecidas pelos “profissionais da escrita” e próprias aos *scriptoria* monásticos e seculares do Portugal medievo. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 35).

A Autora cita o historiador e medievalista Armindo de Souza², que diz que entre os séculos XII e XV, não ultrapassaria de 2% a elite intelectual, a sua grande maioria ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses, e a segmentos da nobreza. Mas havia escolas de vários tipos, só que, segundo o historiador, essa rede de escolas atingia pouca gente. Mattos e Silva também cita Oliveira Marques³, que confirma essa realidade e diz que se aprendia a ler e escrever em latim, embora ninguém devesse falar latim entre os séculos XII a XV. O mesmo autor informa que desde D. Dinis o português tinha se convertido em língua oficial. A produção escrita jurídico-notarial tanto particular como oficial começou a ser escrita em português, concorrendo com o latim em inícios do século XIII (ou antes, diz Mattos e Silva, conforme estudos de Ana Maria Martins), mas a documentação literária era de produção restrita.

O século XVI anuncia novos tempos:

Os inícios do século XVI reconfiguram tal situação tipicamente medieval. Inicia-se aos poucos a laicização da cultura letrada sem desprestígio do ensino e do conhecimento do latim e da cultura latina, mas, aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 33).

A Autora chama atenção para a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV, o que trouxe mudanças significativas em função da substituição do pergaminho pelo papel, tornando a produção escrita menos rara e menos cara. Ela menciona a produção de *cartinhas/cartilhas* que foram enviadas, no início do século XVI, para a Ásia e a África, em razão do processo de colonização que já tinha se iniciado. Refere-se a Ramada Curto⁴ que diz que só a partir de meados do século XVI se poderá falar de “esforços regulares de exercício de uma política educativa”. É sobretudo ilustrativa a citação feita por Mattos e Silva do texto desse historiador, a respeito de como se processava o uso do vernáculo escrito na Lisboa de quinhentos, que segue.

² Armindo de Souza, 1992, v.2, p. 532-533 apud Mattos e Silva, 2002, p. 30,33.

³ Oliveira Marques, 1964, p. 187 apud Mattos e Silva, 2002, p. 33.

⁴ Ramada Curto, 1998, v.1, p. 424 apud Mattos e Silva, 2002, p. 34.

Então no largo do Pelourinho lisboeta existiam muitos homens assentados diante de uma mesa, espécie de escrivães, copistas ou notários sem caráter de oficiais públicos, os quais se entregavam às mais diversas tarefas da escrita: cartas de amor, elogios, orações, versos, sermões, epicedios e também requerimentos em outros papéis, tanto em estilo chão como pomposo (CURTO, 1993, v. 3, p. 359 apud MATTOS E SILVA, 2002, p. 34).

Mattos e Silva (2002, p. 34) apresenta dados do uso do vernáculo e da escrita segundo Curto: houve um aumento durante o século XVI dos “mestres de ensino das primeiras letras”: “de 30 ou 34 em 1551-1552 passam a 60” nos inícios do século XVII; também houve um aumento entre os juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome “de 1533 a 1567, a percentagem mais elevada é de 9%, enquanto de 1572 a 1581 passam a existir percentagens de 15%, 17% e 20%”.⁵ A Autora conclui que os dados levantados por Curto mostram a implementação do uso escrito do vernáculo, em várias camadas da sociedade, embora as fontes para isso sejam rarefeitas. São novos tempos, diferentes daqueles em que o latim era língua de ensino.

É no século XVI, também, que se inicia o processo de normatização da língua portuguesa, uma exigência não só do livro impresso e do português como língua de ensino, mas também pela necessidade decorrente da expansão colonial. Diz Mattos e Silva (2002, p. 35): “Com essas novas reconfigurações socioculturais, o texto escrito se distanciará da ‘voz’, ou seja, da variabilidade do uso falado e fixará escolhas, que a autoridade dos gramáticos respaldará, o que não ocorria, explicitamente até 1536.” Em 1536, é publicada a gramática de Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa* e, em 1540, a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros. A primeira é uma gramática de cunho descritivo e a segunda de cunho prescritivo, como o próprio autor a define. Mattos e Silva (2002, p. 35) diz que é de conhecimento geral que até finais do século XV não existiam ou não sobreviveram produções metalinguísticas sobre o português. A Autora cita Oliveira Marques⁶ que afirma que havia dicionários explicativos, do século XII ao XV, mas de latim. Em Portugal ficou um pequeno glossário de verbos com a forma latina e a tradução portuguesa. É a partir de finais do século XV, que as chamadas “línguas vulgares”, por oposição ao latim, começaram a ser gramatizadas. No caso dos “vulgares” da Península Ibérica, é a gramática do castelhano de António de Nebrija, publicada em 1492, que “veio a ser, senão modelo, no sentido estrito, das duas primeiras gramáticas sobre o português [...], pelo menos foi móvel e inspiração do início dos estudos metalinguísticos sistemáticos sobre o “vulgar”, língua portuguesa” (MATTOS E SILVA, 2002, p.36).

Ao lado das gramáticas, nos meados do século XVI, surgem, conforme Mattos e Silva (2002, p. 37) “os primeiros trabalhos lexicográficos com os dicionários – latim/português e português/latim – de

⁵ Curto, id. *ibid.* apud Mattos e Silva, p. 35.

⁶ Oliveira Marques, id. *Ibid.* apud Mattos e Silva, 2002, p. 35.

Jerônimo Cardoso com edições sucessivas a partir de 1552 até 1570”.⁷ A Autora diz que só nos fins do século XVIII – 1789 – “teríamos o primeiro dicionário português/português, a primeira edição do célebre dicionário do brasileiro, em exílio, Antônio Morais e Silva”.

Quanto à produção literária, a Autora esclarece que é de fácil delimitação, em oposição à documentação não-literária. A partir do século XV, com as mudanças histórico-políticas e da definição da identidade nacional, começa a surgir a figura do autor. A historiografia também passa a ser autoral, o que não acontecia na primeira fase do período arcaico. A prosa religiosa continua, e quanto à poesia, Garcia de Rezende, que falece em 1536, reúne poemas de várias naturezas que recobrem textos da segunda metade do século XV aos inícios do XVI. Mattos e Silva (2002, p. 38) afirma que “Há, portanto, uma reconfiguração no campo literário no século XV para o XVI, por oposição aos séculos XIII e XIV, a primeira fase do português arcaico”.

De forma sintética, como visto, mas de uma riqueza extraordinária, Mattos e Silva apresenta as duas fases do português arcaico, com a ascensão do vernáculo como língua escrita, ao lado do uso oral, na primeira fase; em momento subsequente, essa língua escrita se torna mais difundida na sociedade, atendendo às necessidades da comunicação diária, da produção documental oficial e não oficial, da produção literária e como língua de ensino. A escrita do vernáculo vai se espalhando, à proporção que as demandas sociais vão surgindo, e aos poucos vai substituindo o latim, esse como língua de prestígio da comunicação escrita. A ampliação do uso escrito tem como decorrência a sua recepção, a leitura, e aumenta também a necessidade da normatização. Nesse panorama das fases do português arcaico apresentado, leva-se também a identificar como a produção escrita está relacionada à escolarização, através dos mestres da escrita, do surgimento das escolas e dos processos de normatização.

2. O papel da escolarização nas pesquisas sobre a constituição do português brasileiro

Além dos estudos relativos ao português arcaico, Mattos e Silva, ao tratar sobre a reconstituição da sócio-história do português brasileiro, discute o papel da escolarização. Toma-se a obra de 2004, *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, em que são apresentadas agendas de pesquisa, visando a uma história do português brasileiro.

Diz Mattos e Silva sobre essa questão:

⁷ Teyssier, 1980, p. 38 apud Mattos e Silva, 2002, p. 37.

Uma história do português brasileiro terá como objetivo fundamental, interpretar o passado linguístico e sócio-histórico do Brasil, em que, na segunda metade do século XVIII, a língua de colonização se tornou hegemônica e oficial, para dar conta da inter-relação entre sócio-história e história linguística na constituição do português brasileiro heterogêneo, plural e polarizado. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 50)

Para tratar da constituição da história do português brasileiro, Mattos e Silva retoma alguns estudos realizados por linguistas e filólogos, dentre eles Serafim da Silva Neto, indicando até onde seus estudos chegaram sobre a história externa do português do Brasil. Todavia é para Antônio Houaiss (1985), que a Autora se volta, o qual traz propostas viáveis, condizentes com os anseios da pesquisa contemporânea sobre o português no Brasil. Mattos e Silva diz que Antônio Houaiss “retoma o tema e o ajusta a uma nova orientação que supera as precedentes orientações ‘indianófilas’, ‘africanófilas’ e ‘lusitanófilas’, enquadrando o português no Brasil no contexto multilíngue e multidialetal da sociedade brasileira, desde as suas origens”. (MATTOS E SILVA, 2004, p.32). A Autora apresenta as quatro vias de Houaiss, que dizem respeito à pesquisa sobre o português brasileiro, tanto nas suas modalidades orais quanto nas escritas, mas destaca-se a quarta via que se refere “à penetração da língua escrita no Brasil, das origens a nossos dias, não numa leitura estética ... mas essencialmente linguística”. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 33). A proposta feita por Mattos e Silva ultrapassa o puramente linguístico, e se ajusta no âmbito da história social.

Mattos e Silva considera a demografia histórica e a escolarização como essenciais para que “se compreenda, se explicita e interprete a heterogeneidade dialetal brasileira, tanto no que se refere à diversidade horizontal e vertical do chamado português popular brasileiro, quanto do português culto, aparentemente homogêneo [...]” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 33). A Autora relaciona a heterogeneidade das variedades popular e culta do português brasileiro com o que Houaiss formula, com os “fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas” e com “a penetração da língua escrita no Brasil”. Mattos e Silva considera que a história demográfica não diz tudo sobre a história das línguas, mas fornece pistas interessantes e significativas para a sua história.

Quanto à ação da escolarização, no capítulo dois, na subseção sob o título “Sobre a pretensa ação homogeneizadora da escolarização” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 38), a Autora diz que se acreditou num ideal homogeneizador sobre o português brasileiro, sobretudo no século XIX, com a normatização linguística posta em evidência. Ela credita esse ideal normativizador a um reforço trazido pela relusitanização do Rio de Janeiro, com a vinda da família real em 1808, e também pela necessidade social de escolarizar o povo brasileiro expresso na Constituição de 1824, “em que se explicitava a boa intenção de tornar o ensino universal e obrigatório no Brasil. Boa intenção que não se fez realidade até hoje.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 39). Pode-se afirmar que essa normatização não só se manifestou nas gramáticas e dicionários publicados na época, mas, também, nas discussões lideradas pelos intelectuais conservadores, sobre um padrão linguístico lusitano que deveria ser seguido

e que, de certa forma, ecoou nos programas das escolas e de concursos; situação diversa dos séculos anteriores, com o predomínio de um multilinguismo generalizado.

Alguns dados colhidos de Houaiss (1985)⁸ são apresentados por Mattos e Silva (2004, p. 39) sobre a escolarização: “[...] não ultrapassariam 0,5% os letrados no Brasil até o século XVIII, percentual que dá um salto para o patamar de 20 a 30% em 1920 e que de resto se mantém.”; outros dados colhidos pela Autora do Ministério de Educação, relativos ao século XX (1990), esclarecem: “No primeiro grau somente 38% concluem a 1ª série. Menos de 25% chegam ao 2º grau, apenas 17% o concluem, 10% alcançam a universidade”. Esses dados evidenciam uma escolarização excludente, ainda no século XX. Do ponto de vista linguístico, esses levam a se entrever “que são as variantes orais dialetais espaciais e verticais que dominam o português brasileiro geral.” (MATTOS E SILVA, 2004, p.41).

A Autora sugere, para se proceder a um estudo sistemático e exaustivo da escolarização, uma recuperação das fontes históricas. Ao tratar sobre a reconstrução da história social do português brasileiro, Mattos e Silva (2004, p. 58) apresenta como hipóteses de trabalho quatro campos de pesquisa, dos quais se vai destacar o campo (a) “o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil”. Nesse campo, diz Mattos e Silva (2004, p. 59) “se moverá fundado na história social do Brasil. Dos quatro, será aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*”. Ela entrevê duas vertentes; a segunda, explicitada a seguir, diz respeito à escolarização.

A outra será a reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita, fator fundamental para a compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas do português brasileiro. Essa segunda vertente prevê a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil, a primeira delas, sem dúvida, a dos jesuítas, [...]: e a seguinte, a política pombalina de meados do século XVIII, que torna o português a língua oficial do Brasil e com isso encerra a possibilidade de o Brasil vir a ter uma base linguística indígena. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 59)

Sobre a recuperação de políticas linguísticas expressa nesse campo (a), neste trabalho vai-se focalizar a política pombalina de meados do século XVIII, com a instituição das aulas régias, em Portugal e em suas colônias. Diz Mattos e Silva (2004, p. 71) que há indícios de que o português brasileiro culto só começará a definir-se da segunda metade do século XVIII para cá, “uma vez que essa variante culta passa necessariamente por questões relativas à escolarização, ao uso escrito e a sua normatização”.

⁸ HOUAISS, A. O português do Brasil. Rio de Janeiro: Unibrad/Unesco, 1985, p. 137.

Dentro dessa nova política instituída por Pombal, substituta da política jesuítica da educação, indaga-se sobre os professores e contingentes que as aulas régias na Bahia conseguiram alcançar, e também como essas se distribuíram nessa capitania. O que se tem de concreto é que, guardada a distância temporal e o contexto histórico, o que Houaiss apresenta do total de letrados no século XVIII, e o que é apresentado dos princípios do século XX pouco diferem dos percentuais apresentados no período arcaico do português, no contingente que fazia uso do vernáculo escrito. Como diz Mattos e Silva (2004, p. 59), “O processo de literatização no Brasil foi lento e de má qualidade”.

A seguir, vai-se tratar da política pombalina da educação, considerando o que diz Vilhena, em sua Carta VIII, como um testemunho de como se constituíram as aulas régias na Bahia. A motivação vem de Mattos e Silva (2004), que propõe a reconstrução da história da escolarização no Brasil, via recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo de sua história.

3. As reformas pombalinas e a ilustração portuguesa: conflitos com a companhia de Jesus

A chamada “Era das luzes” do século XVIII não se estendeu igualmente entre todas as nações europeias. Em Portugal, assim como na Espanha e em outros países “periféricos” o pensamento iluminista teve diferentes nuances. Como afirma Laerte Ramos de Carvalho (1978), o iluminismo português fora de outra ordem: não teve o caráter revolucionário, como observado na França, mas reformista. Continuou a nação lusitana governada por um monarca, porém, administrada por um secretário de estado do Ministério do Reino, equivalente a primeiro-ministro, que detinha amplos poderes para reformar a nação, e isso incluía, necessariamente, a instrução pública.

Com a chegada de Sebastião José de Carvalho e Mello, o controverso Marquês de Pombal, ao governo de D. José I, Portugal testemunhará diversas mudanças, tanto no campo da economia quanto no da instrução pública. Há de se pontuar que as reformas pombalinas da instrução pública, tanto em Portugal quanto em suas possessões ultramarinas, não foram o resultado das reflexões de um único pensador-reformista – o Marquês de Pombal; esse, seguindo os ideais iluministas da Europa do século XVIII, e o pensamento expresso pelos chamados estrangeirados, portugueses exilados em outros países, tais como Luís Antônio Verney e Antônio Ribeiro Sanches, cujos escritos chegaram até ele, promoveu uma mudança radical no sistema de ensino vigente, em Portugal e em suas colônias.

Para possibilitar essa mudança, Pombal encarou um grande desafio, um entrave enfrentado que respondia pelo nome de “Companhia de Jesus”, ordem religiosa que estivera no controle da educação desde o século XVI, tendo gerido a instrução em Portugal e em suas colônias por mais de duzentos

anos. Não se restringiram os padres de Loyola apenas às aulas de ler e escrever e ao ensino da fé cristã. A presença deles em Portugal e em suas possessões também representava, na percepção do Marquês de Pombal, um grande dano aos interesses econômicos da coroa, pela quantidade de bens materiais acumulados, bem como pela influência exercida sobre os nativos colocando-os como inimigos do Império.

Os jesuítas eram vistos pela então gestão como a razão do grande atraso mental e intelectual português. O chamado “antijesuitismo”, marca da gestão pombalina, pode ser traduzido pela ruptura com o *status quo* vigente, ou seja, de um lado o rompimento com o pensamento metafísico, aristotélico dominante; e, de outro lado, com a influência dos clérigos da Companhia de Jesus sobre os interesses e negócios portugueses.

3.1 A saída dos Jesuítas e as mudanças na Instrução Pública

Com a expulsão dos inicianos em 28 de junho de 1759, instituiu-se a profissão docente e estruturou-se o ensino em dois níveis: o primário, com as Primeiras Letras, que consistia no ensino de ler, escrever e contar para meninos, e o de ler, escrever, coser e fiar para meninas. E um Secundário, entendem-se as aulas régias, avulsas, destinadas aos meninos, com as cadeiras⁹ de gramática latina, grega, filosofia moral e racional, retórica, além das línguas vivas, especialmente o francês e o inglês. Para o ensino de latim, a “inovação” foi o de ensinar, primeiramente, os rudimentos da gramática da língua portuguesa, por seis meses, antes de se passar ao ensino da língua latina;¹⁰ esse procedimento foi também adotado para o estudo e aprendizado das línguas vivas.

No que concerne ao ensino de língua portuguesa, uma das primeiras medidas pombalinas que fez colocar o idioma nacional em outro patamar de importância em relação ao latim e às demais línguas vivas, foi o Alvará de 03 de maio de 1757, o chamado *Diretório dos Índios*, que proibiu o uso da língua geral, utilizada tanto pelos autóctones quanto pelos clérigos jesuítas e colonos portugueses. Passou a língua portuguesa a ser a língua oficial, em sua maior possessão ultramarina, o que significou, em teoria, que não se poderia mais ensinar ao povo da terra conquistada a fé cristã, nem em latim, nem em língua “bárbara”, como fora classificada a língua dos índios no dito Alvará.

⁹ Disciplinas, cátedras.

¹⁰ Esse procedimento metodológico já era indicado por Amaro de Roboredo (século XVII).

Embora a língua portuguesa já tivesse seu processo de gramatização iniciado no século XVI, com a produção de gramáticas e dicionários, com a reforma pombalina a *Arte de Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Antônio dos Reis Lobato, publicada em 1770, passa a ser a obra de referência, que deverá ser utilizada pelos mestres, com adoção confirmada no Alvará de 30 de setembro de 1770.

Sou servido ordenar que os Mestres da Lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discipulos para lha ensinarem, os instruirao previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instruccao dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio Jose dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita (PORTUGAL, 1829, p. 497).

A determinação régia de se utilizar a gramática de Reis Lobato, por meio de Alvará, não significa apenas uma mudança pedagógica. Significa, igualmente, a autovalorização e resgate da gloriosa história e tradições lusas, cujo lustre esmaeceu ao longo dos séculos e, na ótica do primeiro-ministro de D. José I, teve como principais culpados os padres jesuítas. Acrescente-se que nesse Alvará também está previsto o uso do Catecismo de Montpellier.

No conjunto das peças da Legislação Pombalina, a chamada Lei Geral dos Estudos Menores, instituída pelo Alvará de 28 de junho de 1759, é aquela que dará ênfase ao ensino de línguas – vernáculas e clássicas: latim, grego e hebraico –, bem como à estatização do ensino, definindo o papel e a função do professor, agora funcionário do Estado e com *status* de nobre; e também dos métodos a serem aplicados e dos compêndios a serem utilizados. É assim que, no que se refere ao ensino de latim, desde o século XVI até a chegada de Pombal, fora utilizada a gramática latina do padre humanista Manuel Álvares, publicada em 1572, que foi substituída por determinação desse Alvará, pela Arte do Padre Antonio Pereira e a de Antonio Felix Mendes. Esta lei é, segundo a historiografia da educação, a mais importante peça legislativa sobre a educação em Portugal e no Brasil.

Com a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus e do seu “pernicioso Methodo”, viu-se o governo pombalino obrigado a preencher a lacuna que fora deixada. Não havia sido, segundo afirma Carvalho (1978, p. 79-80), somente a necessidade de se substituir um método obsoleto por outro tradicionalmente eficiente, mas sim a preocupação “com a continuidade de um trabalho pedagógico que a expulsão dos jesuítas ameaçava comprometer”.

Para que a nova sistemática de ensino pudesse funcionar eficientemente, criou-se a função do *Diretor de Estudos*, o qual, auxiliado por comissários, deveria, segundo lembra Carlota Boto (2017, p. 116) “[...] verificar o que faziam os professores, o que deixavam de fazer; além de ‘adverti-los e corrigi-los’, quando isso se fizesse necessário”. Determinou o legislador, igualmente, quais compêndios deveriam ser abolidos – mormente aqueles utilizados pelos jesuítas –, substituindo-os pelos de outros

autores; estipulou quem lecionaria, quando e onde classes poderiam ser abertas, conquanto tivessem logrado êxito nos concursos públicos aqueles que se candidataram para a missão de instruir e educar.

3.2 As aulas régias na Capitania da Bahia

Antes de focalizar Luis dos Santos Vilhena, português e professor régio de grego na Bahia, que escreveu *A Bahia no século XVIII*, vai-se recuar um pouco no tempo, para tratar da implantação das aulas régias nessa capitania. O primeiro exame, que ocorreu na Bahia, para preenchimento das vagas nas aulas régias, se deu em fevereiro de 1760, logo após o Alvará de 1759, da expulsão dos jesuítas. Para se submeter a um cargo no magistério, os pretendentes passaram por dois exames: o primeiro, o exame da vida e dos costumes, em que 19 foram os selecionados. Para o segundo, o exame ocorreu na residência do Desembargador Tomás Roby Barros Barreto, sendo esses avaliados por três padres-mestres: Fr. Leonardo da Conceição (franciscano); Fr. Joaquim de Almeida (carmelita calçado) Fr. Silvestre de Santa Teresa (carmelita descalço). (ANDRADE, 1978). Processo conduzido por iniciativa do Desembargador Tomás Roby, para os exames de seleção para professor de gramática latina e retórica, não só para a Cidade da Bahia, mas também para outras localidades da Capitania baiana.

Ressalta-se a presença de clérigos, tanto nos processos de avaliação e seleção dos futuros mestres, como na participação desses enquanto candidatos. Em correspondência do Desembargador Tomás Roby ao Diretor Geral Fr. Ignacio das Neves, em que lhe pede para informar individualmente acerca da vida e dos costumes dos candidatos, encontram-se não só os nomes dos concorrentes, mas também informações sobre sua formação, experiência, moradia ou origem.

Relação dos oppositores ás cadeiras de Grammatica latina e Rhetorica e que prestaram provas perante o Desembargador Chancellor da Relação Thomaz Roby de B. Barros Barreto e os examinadores os Padres Mestres Fr. Leonardo da Conceição, religioso de S. Francisco, Fr. Joaquim de Almeida, religioso Carmelita Calçado e Fr. Silvestre, religioso Carmelita descalço.

Oppositores. 1º—Francisco Alves de Pina Bandeira de Mendonça. 2º—Padre Manuel Nunes Ferreira, Sacerdote do habito de S. Pedro e Mestre de grammatica latina, ha 16 annos. 3º—Antonio de Barros Lobo Mestre de grammatica ha 2 annos. 4º—José Ramos de Souza, Estudante filozofico. 5º—Manuel Coelho de. Carvalho, Estudante filozofico, Teologo e acadêmico,. 6º—Padre Pedro Lourenço Villas Boas, exercita ha 5 annos o emprego de ensinar gramatica latina. – 7º—José de Serqueira de Mendonça, clérigo in minoribus, que sahio proximamente da denominada Companhia de Jesus 8º—Carlos Antonio de Brito, 9º Manuel de Barbada e Figueiredo Mascarenhas, morador na rua de baixo de S. Bento, 10º—José Monteiro, Clérigo in minoribus que foi da denominada Companhia de Jesus. 11º—Francisco Vieira Gomes, que ensina Grammatica latina na Cruz do Azulejo, freg. Da Sé. 12º—Padre Thomaz Honorato, Mestre de Grammatica,

rhetorica e poética latina, Pregador filozofico e theologo. i3°—Ignacio Rodrigues Fontes, clérigo in minoribus e mestre em Artes, morador na Villa da Purificação. 14°—José de Sousa Soares, i5°—Antonio Fernandes Vieira, clérigo, in minoribus, que se acha ensinando na rua Debaixo da freg. de S. Pedro Velho. 16°—Pedro Homem da Costa, natural de Sergipe de El-Rey 17°—João Pinheiro de Lemos, Sacerdote do habito de S. Pedro e ensina grammatica latina ha mais de 25 annos. 18° —Joaquim Rodrigues Mouzinho, que está ensinando grammatica latina. 19°—Pedro José de Jesus Maria, que ensina na rua da Laranjeira.

Certidão do Notario Apostolico Fr. Ignacio das Neves, ácerca da vida e costumes dos oppositores referidos nos documentos anteriores.

Bahia, 16 de fevereiro de 1760. (ANNAES, 1913, vol. XXXI, p. 375).

Observa-se dessa relação dos que se submeteram ao exame a grande quantidade de padremestres, alguns ex-inacianos; uns com larga experiência de ensino, 15 anos, 25 anos, outros com menos, com 2 anos, 5 anos; há ainda os que não têm revelada a quantidade de tempo de ensino; há também dois estudantes de Filosofia, Teologia. Quanto à moradia, em Salvador, vê-se que os candidatos residem em lugares estratégicos da cidade, considerando-se por onde a cidade tinha se desenvolvido¹¹; e há também moradores do Recôncavo, Vila da Cachoeira, Santo Amaro da Purificação; e um natural da Vila de São Francisco, mas morador de Salvador; um de Sergipe Del Rey, mas que estava como assistente, residindo na casa de um padre, em Salvador.

O que se tem como resultado desse concurso é que os professores foram contratados de forma temporária, pois ainda não havia uma determinação por parte da Coroa portuguesa de como remunerá-los, isto é, ainda não havia uma fonte pagadora específica¹². Segundo Silva (2006), nesse primeiro momento, foram os pais que assumiram o custeio de tais aulas, levando os segmentos mais pobres da sociedade a ficarem de fora, já que não tinham como arcar com essa despesa. O subsídio literário, imposto que iria custear esses professores, só foi instituído em 1772, proporcionando o aumento do atendimento escolar, tanto na metrópole, quanto nas colônias. (SILVA, 2006, p. 90). Posteriormente, o preenchimento de cadeiras passou a ser feito de três formas: por postulação da própria Câmara; a pedido da própria comunidade, através de documento redigido por um escrivão e remetido à Câmara; ou por manifestação por algum indivíduo interessado em ser provido no cargo. (SILVA, 2006, p. 133).

¹¹ Conforme Tavares (2008, p. 123), “Nas descrições das freguesias da cidade em 1757, da autoria de vigários, Salvador aparece com os bairros que se definiram no início do século XIX”, são os citados como moradia dos candidatos: freguesia da Sé (entre a porta de São Bento e a porta do Carmo- 8442 moradores); da Conceição da Praia (4000 moradores), do Pilar; Carmo e Santo Antônio Além do Carmo (3968 moradores); Passo, Santana e São Pedro (12000 habitantes).

¹² Diz Silva (2006, p. 90): “Apesar de, desde 1759, já haver uma rubrica contábil que indicava de onde provinham os recursos para o pagamento dos vencimentos dos professores”.

3.3 O professor régio de grego Luís dos Santos Vilhena

A obra de Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), Volume I, é dedicada à Bahia da segunda metade do século XVIII. Introduce o Volume 1, em duas páginas e meia, um texto da Editora Itapuã, que dá alguns esclarecimentos sobre as duas edições existentes dessa obra: na primeira edição, esteve à frente Braz do Amaral (1861-1949), professor e historiador baiano, que simplificou o título original dado por Vilhena de *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, para *Cartas de Vilhena*; da segunda edição dessa obra, se encarregou o escritor Edison Carneiro, que introduziu algumas modificações, distribuiu a matéria em três Volumes, eram dois, e deu um novo título à obra, *A Bahia no século XVIII*. O Volume 1, ou Livro 1, contém oito Cartas.

Esse Volume I apresenta as seguintes partes: o texto introdutório da Editora Itapuã referido; *Índice*; *Apresentação* por Edison Carneiro, que muito revela a respeito de Vilhena e de sua obra; *Prefácio* por Braz do Amaral, que dá informações preciosas sobre a “descoberta” da obra de Vilhena, na Biblioteca Nacional, assim também de outros documentos processuais, relativos à sua carreira no magistério. Também narra Braz do Amaral como se deu a apresentação da obra de Vilhena, na Academia de Letras da Bahia, em 1917, até a sua publicação. Como diz Edison Carneiro referindo-se a Braz do Amaral “[...] e tudo fez, entre 1917 e 1922, até vê-la impressa, como parte das comemorações do centenário da Independência nacional.” Edison Carneiro também ressalta a contribuição dada por Braz do Amaral, em suas *Notas e Comentários*, no final de cada Carta.

Precedem as Cartas, uma *Dedicatória* da obra ao príncipe D. João¹³, e um *Catálogo*, com o sumário de cada Carta, dedicado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, que era ministro do reino e seu grande incentivador.

São as informações colhidas na *Apresentação* e no *Prefácio*, que se tem acesso a uma minibiografia de Luís dos Santos Vilhena. Ele era português, natural da vila de S. Tiago de Cassino, e veio para a Bahia ser professor régio de grego, exercendo esse ofício de 1787 a 1799. Antes de vir para a Bahia, ele serviu a Sua Alteza Real por quase dez anos, como militar, no Regimento de Infantaria da Praça de Setúbal. Durante esse período, também estudou e aprendeu as línguas latina e grega. Aqui se dedicou ao ensino de grego, e a escrever a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* entre 1798 e 1799. Muitas das informações sobre a vida de Vilhena só vieram a lume, muito tempo depois, sendo desconhecidas por Braz do Amaral.

¹³ Vilhena usa codinomes tanto para se referir a si mesmo (Amador Veríssimo de Aleteya), quanto ao Príncipe D. João (Filopono), quanto ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (Patrífilo).

Seriam vinte e uma Cartas, a vigésima primeira foi dada como perdida, e quando encontrada, foi publicada em forma de folheto por Braz do Amaral. As Cartas estão distribuídas nos Volumes 1, 2 e 3. A oitava Carta, a última do Volume 1, diz respeito à educação, e é a que se vai apresentar. Vilhena passa de forma nítida o que existia em relação às aulas régias, ao seu funcionamento, aos estudantes, aos professores e ao subsídio literário. Cada assunto é tratado separadamente, e possui um título. Vai-se apresentar cada um de forma sintética, do que foi captado pelo olhar desse professor de grego.

O primeiro título é *Jesuítas* (p. 273), em que são dadas informações sobre as aulas desses religiosos da Companhia de Jesus, em tempos pretéritos. Eram eles incumbidos de todas as escolas menores. Havia aulas no Colégio, em alguns conventos, onde também frequentavam estudantes seculares. Além dessas aulas, havia outras de clérigos e seculares, tanto de gramática latina, como de filosofia. Com a expulsão desses religiosos, algumas aulas continuaram e com um número muito elevado de alunos, já que diminuiram os professores.

Segue o *Ensino Público* (p. 275), que trata das mudanças promovidas por D. José I (1714–1777), no ensino (lideradas pelo Marquês de Pombal), e depois por sua filha, D. Maria I, que o sucedeu. Com D. José I, foram criadas, para todo o reino, as cadeiras de Retórica, Línguas Grega, Hebraica e Latina, como também as escolas de primeiras letras. Outras cadeiras foram criadas posteriormente, algumas “desnecessariamente”; quanto aos professores, muitos sem os requisitos necessários para exercerem o magistério, assim diz Vilhena. Ele também trata dos procedimentos para o recebimento dos salários pelo Subsídio Literário, com destaque para os entraves existentes.

Sob o título *Recrutamento de Estudantes* (p. 278), Vilhena faz uma crítica ao hábito de tirarem os estudantes das salas de aula, de forma desrespeitosa, sem considerar o professor, para levá-los a se alistarem como soldados. Assim se expressa Vilhena (p. 279): “Parece absolutamente impossível que seja do agrado de Sua Alteza Real o prenderem-se para soldados os estudantes já feitos, e aplicados com os devidos preparatórios para passarem para a Universidade.” Também nesse item, ele trata de cadeiras que tinham sido criadas.

Em *Importância das Aulas* (p. 280), Vilhena exalta o valor das Aulas na formação do indivíduo “[...] de onde se extraem os homens grandes, sem os quais não podem subsistir os Impérios, as Monarquias, as Repúblicas; [...]” (p. 280). Sobre a referência a pouca frequência nas Aulas Régias, ele afirma mais uma vez: “é porque estas são frequentemente invadidas por soldados ao arbítrio dos oficiais incumbidos de recrutar, e delas se arrancam ignominiosamente os estudantes, logo que passam dos doze anos, ou treze anos, sofrendo impropérios os professores [...]”. (p. 281).

Sob o título *Professores e Mestres* (p. 281), Vilhena critica a qualidade dos mestres, dizendo que muitos são enviados para a América sem seleção, “revestidos com a capa de mestres, quando nem o nome de discípulos lhes convinha [...]”; critica também a falta de ordem nas aulas “e isto por ser uma

repartição deixada ao desamparo” (p. 282). Também comenta sobre os professores que dão uma só vez aula por dia. (p. 282).

Em *Estudantes* (p. 282), o Autor critica o comportamento dos estudantes, em chegarem sempre atrasados à aula, “sem que jamais os professores tenham meios para conseguir o contrário”. Vilhena faz referência ao ano em que ele aportou na Bahia, fins de 1787, e diz que não havia “tanta relaxação porque logo que constava pelo professor que o estudante o desatendera era mandado para o Forte do Mar, [...] se vinha na certeza de ser pouco aplicado, mandrião, ou vadio, então se lhe sentava praça de soldado [...]”. Fala dos bons estudantes, e volta a se referir aos maus, das faltas às aulas, e ressalta que se a aula for de gramática latina, passam alguns de uma para outra.

Em *Cadeiras e Escolas* (p. 283), Vilhena diz que vai apresentar uma relação individual de todas as cadeiras, com os ordenados que vence cada um dos professores, e a maior parte dos mestres das primeiras letras, verificando aquelas que são supérfluas. Trata dos salários, diz que se recebe pouco, em relação aos altos preços; também que existem professores que já não os recebem há mais de dois anos, “quando outros andam inteiramente pagos”.

Do exposto, vê-se que Vilhena tem um olhar crítico sobre a situação do ensino, no final do século XVIII, tanto em relação aos professores, quanto em relação aos alunos, tanto em relação ao pagamento dos professores pelo subsídio literário. Observa-se, também, quanto ele é subserviente à Coroa, protegendo-a, indicando as aulas que são supérfluas, também professores e cadeiras supérfluas, para evitar gastos.

Segue a relação das *Cadeiras na Cidade* (p. 284), referentes às aulas régias. Em seguida, Vilhena apresenta a relação de *Escolas das primeiras letras na cidade* e *Cadeiras na Capitania* (p. 285). O item final é *O subsídio Literário* (p. 286).

Cadeiras na Cidade

A Cadeira de Filosofia Racional	460\$000
Jubilação de um professor na mesma Cadeira	
A de Retórica	440\$000
A de Língua Grega	440\$000
A de Geometria, única com acesso	400\$000
Quatro de Gramática Latina, de que uma é supérflua e cada uma vence	400\$000
.....	1:600\$000
Um substituto para todas quatro	200\$000

Vilhena (p. 284) apresenta a quantidade de *Escolas das primeiras letras na cidade*: “Seis escolas a 150\$000 cada uma. Quatro eram bastantes, os ordenados porém são muito diminutos, e estão vagas, três..... 450\$000” .

Segue a relação de *Cadeiras na Capitania* (p. 285), na verdade, a cadeira referida é de Gramática Latina, que existe em 17 vilas e em uma cidade, a de Sergipe Del Rey. Os ordenados variam entre 400\$000 da vila de Jacobina (ordenado mais alto) e 240\$000 (o ordenado mais baixo) pago em 11 das 17 vilas.

Quanto às *Escolas que há pela Capitania*, são ao todo 21 escolas. O ordenado mais alto é da vila de Jacobina, 150\$000. Seguem algumas vilas cujo ordenado dos professores é de 120\$000, outras de 100\$000, outras de 80\$000, o mais baixo. Há escolas, que não apresentam o ordenado dos professores, são ao todo sete. Vilhena diz que “Não pude saber o ordenado competente a cada uma das sete últimas escolas [...]” (p. 286).

Nesse levantamento, verifica-se a existência de escolas em vilas, cidade, freguesia, povoação, arraial existentes em Salvador, ou no Recôncavo, ou nos que são hoje os estados de Sergipe e do Espírito Santo. Algumas cadeiras são consideradas supérfluas, como a da ilha de Itaparica e a da povoação de Itapagipe. Vilhena (p. 286) chama atenção para cargos administrativos, cujos funcionários recebem também pelo subsídio literário.

Nada é dito por Vilhena sobre os critérios usados para fixar os ordenados dos professores. Curioso é que os professores que recebem o ordenado mais alto, seja das cadeiras ou das escolas existentes na capitania, são os de Jacobina, no sertão da Bahia e que era, no século XVIII, uma região aurífera.

Quanto ao *Subsídio Literário*, fica-se sabendo que muito mais se poderia arrecadar dos subsídios para pagar bem a todos os professores, mas não é isso o que acontece: “[...] visto que os alambiques têm subido tanto em número que são o duplo dos que eram quando este imposto rendia o duplo do que rende hoje, e isto porque a maior parte dos donos manifestam menos canadas do que pipas destilam nos seus alambiques [...]” (p. 287). Quanto ao imposto das carnes, diz Vilhena: “[...] em que não se manifesta a quarta parte dos bois que se matam vindo por isso a cobrar-se muito diminuta a coleta, e esta é a razão por que o seu cofre se acha em alcance e os filhos da Folha padecem [...]” (p. 287).

Vilhena conclui essa Carta oitava com dois mapas, o primeiro tem o título de *Mapa do Rendimento do Subsídio Literário* “que a Tesouraria Geral da Bahia tem recebido das diferentes Câmaras da mesma Capitania em os três anos de 1795 a 1797”, no qual são explicitadas as *Povoações* e quanto receberam nesses três anos referidos.

O segundo mapa vem com sete colunas: *Distritos, Nome dos professores; Cadeiras que exercitam; Povoações onde residem; Quanto vencem por ano; O que se lhes deve em dinheiro, Quantos meses.* Vai-se deixar o *Nome dos professores* por último, para que se possa acrescentar alguma outra informação.

Os *Distritos* são: Comarca da Bahia da parte do Norte; da parte do Sul; Comarca de Sergipe Del Rey, Comarca dos Ilhéus; Comarca de Porto Seguro; Comarca da Capitania do Espírito Santo.

Quanto às *Cadeiras que exercitam* são as de Filosofia, Retórica, Grego, Gramática Latina e de Ler e escrever (essas duas últimas em maior número).

Quanto às *Povoações onde residem*, destacam-se 12 de Salvador, maior quantidade, comparada com a das outras povoações.

Em relação ao vencimento por ano, pelo Subsídio Literário, Vilhena apresenta a listagem. Nas colunas *O que se lhes deve em dinheiro* e *Quantos meses*, vê-se um número alto de dívida em dinheiro e de meses. Há professores que não recebem os vencimentos há 39 meses, 36 meses; o menor número de meses são três meses. Fica bem clara a questão posta por Vilhena, tanto ao que se produz, quanto ao que se declara dos subsídios devidos, e ao que chega às mãos dos professores!

Com referência ao *Nome dos professores*, na segunda coluna, são citados os professores na ativa, e um já jubilado. Alguns dos que fazem parte dessa lista foram citados no *Almanach para a Cidade da Bahia* de 1812 (dados referentes ao ano de 1811), ou como jubilados, ou que continuavam na docência. São os seguintes professores citados por Vilhena no Mapa, e de quem se tem alguma informação:

- Desembargador *José da Silva Lisboa* – Visconde de Cayru. Professor jubilado de Filosofia. O mais famoso dos irmãos Silva Lisboa, que atuaram no magistério e na vida política da cidade (SILVA, 2006, p. 151).
- *Francisco Carneiro de Campos*, professor de Filosofia, da Comarca da Bahia da parte do Norte. No *Almanach* de 1812, há a informação de que ele possuía em 1811, 8 estudantes matriculados.
- *Padre Manuel Telles de Souza Pitta*, professor de Gramática Latina, da comarca da Bahia da parte do Norte. No *Almanach* de 1812, ele está no rol dos jubilados, foi substituto das cadeiras de Gramática Latina desta cidade.
- *Gonçalo Vicente Portela*, professor de Gramática Latina. No *Almanach* de 1812, está como jubilado.
- *Francisco Ferreira Paes da Silveira*, professor de Retórica. No *Almanach* de 1812, está como jubilado.
- O próprio *Luís dos Santos Vilhena*, professor de grego, no *Almanach* de 1812, é dado como jubilado.
- *Francisco Moniz Barreto de Araújo*, professor régio de Gramática Latina, na vila do Rio de Contas, participou da Sedição Intentada de 1798, na Bahia.

- *Antonio Álvares da Cunha*, mestre de Primeiras Letras de Itapagipe, no *Almanach* de 1812, possui 32 discípulos.
- *Bernardo Ribeiro Magalhães*, mestre de Primeiras Letras da Sé, no *Almanach* de 1812, possui 47 discípulos.

Observa-se que alguns professores que estavam na ativa, quando Vilhena, no final do Volume 1, registra o ano de 1799, agora já são jubilados.

Vilhena passou 27 anos na Bahia. Assistiu à virada do século XVIII para o XIX. Conseguiu passar uma imagem da Bahia, em todos os seus aspectos, como um observador perspicaz. Do ponto de vista da educação, soube selecionar os pontos, os mais pertinentes sobre professores, alunos, evidenciando o seu cotidiano; não economizou críticas ao sistema educacional como um todo.

3.4 A capitania da Bahia

Para se compreender melhor a capitania da Bahia, nas questões da escolarização, nos finais do período colonial, torna-se necessário verificar o que essa capitania representava dentro do Império português, do ponto de vista político e econômico.

Segundo Sousa (2016, p. 99), “O século XVIII é tido pela historiografia como a idade de ouro da Bahia. Do ponto de vista político configura-se como momento de pleno desenvolvimento das instituições centrais e periféricas da monarquia portuguesa em território local.” Ainda segundo Sousa, os documentos da época, século XVIII, se referem à cidade de Salvador como “Cabeça do Estado”, pela sua centralidade exercida no interior da capitania da Bahia, da colônia e do império. (SOUSA, 2016, p. 100). Salvador era sede do vice-reinado até 1763, quando passou, nesse ano, para o Rio de Janeiro. Sobre esse fato, Sousa diz que se houve alguma perda de importância, “esta não alterou a condição de centralidade/capitalidade econômica da cidade.” (SOUSA, 2016, p. 102). A posição de Salvador era estratégica no interior do império português, pois mantinha relações comerciais que envolviam a Europa, a Ásia e a África, e, isoladamente, articulava uma rede atlântica de comércio que excluía a Europa e englobava territórios portugueses na África e nas ilhas Atlânticas. (SOUSA, 2016). O próprio Vilhena, na Carta primeira, (p. 57-61), quando trata da Importação e Exportação, passa uma grande dinâmica comercial, relativa aos produtos que saíam do porto de Salvador e dos que entravam; não só faz referência ao comércio existente com a sua hinterlândia, mas com outras capitanias e com Portugal e os países da Ásia e da África.

Do ponto de vista sociocultural e educacional, a cidade do Salvador, entre o final do século XVIII e inícios do século XIX, possuía não só aulas régias e de primeiras letras, mas outros cursos e centros culturais. Segundo o *Almanach para a cidade da Bahia* (1812), com dados referentes a 1811, havia aulas régias de Mathematica e curso de Artilheria, no Quartel e particular para o Regimento de Artilheria; curso de Mr. de Bellidor, com 37 estudantes, todos militares; curso de Mathematicas Puras, no Collegio dos extintos jesuítas para todos em geral. Arithmetica e Álgebra de Mr. Bezout e a Geometria de Euclides; curso de Anatomia e Operações cirúrgicas e de Cirurgia especulativa e prática, no Hospital Real Militar.

São discriminados os professores régios, em atual exercício e cursos oferecidos: de Philosophia e Moral (8 estudantes); Rhetorica (3 estudantes), Grammatica Latina, três cursos: o 1º com 27 estudantes; o 2º com 17; o 3º com 25. É apresentada a lista de professores régios jubilados, total de 6, e substitutos; de professores de Primeiras letras na Cidade e subúrbio, total de 9, com o registro do número de alunos. Há outros professores espalhados em toda capitania, 17 professores de Gramática Latina e 18 mestres de Primeiras Letras. Comparando as duas fontes, vê-se que o número de professores pouco mudou entre o final do setecentos e a primeira década do oitocentos. Sobre as questões culturais na Bahia, veja-se o que apresenta o *Almanach*.

- *Livraria Publica*, estabelecida no Collegio dos extintos Jesuítas.
- *Officina Typographica* de Manoel Antonio da Silva Serva, a primeira que se instalou na Bahia, em 1811, responsável pela produção de livros usados nas escolas. Começou com a publicação de uma gramática de autoria de Pedro José de Figueiredo, que teve sua primeira publicação em Portugal, em 1799. Também publica uma versão reduzida do Catecismo de Montpellier, para crianças. Ambas as publicações vão até o ano de 1844. (MAGALHÃES; COSTA, 2019).
- Circulação da primeira gazeta, *Idade de Ouro do Brazil* (conhecida por *Gazeta da Bahia*), sendo fundador Silva Serva, também em 1811.
- *Casa Pia dos Meninos Órfãos*, fundada em 1799, por Joaquim Francisco do Livramento, em atividade. Nesse ano, possuía 24 órfãos e 5 porcionistas¹⁴.
- *Collegio Boa Sorte*, estabelecimento junto ao Passeio Público, particular, com oferta de cursos variados e contava com 39 porcionistas.

¹⁴ Aluno que paga a sua educação em um estabelecimento particular.

- *Teatro São João* começou a ser construído em 1806, foi inaugurado em 1812.

Os dados apresentados pelo *Almanach para a cidade da Bahia* são representativos da vida educacional e cultural, sobretudo de Salvador, dos inícios do século XIX. Acrescente-se a esses dados da escolarização, os apresentados por Moreno (2019), da Sedição intentada de 1798, também conhecida como Conspiração dos alfaiates, ou Revolta dos Búzios, em Salvador. O trabalho realizado por Moreno da mensuração de níveis de alfabetismo, pelo cômputo de assinaturas dos participantes dessa revolta, demonstra que, nessa época, dos 264 indivíduos que se apresentaram para depor, 230 assinaram, equivalendo a 87,5%; 34 não assinaram, equivalendo a 12,5%. Os participantes eram de origem social diversa, existiam pessoas da elite cultural, “indivíduos de consideração”, latifundiários – escravistas e intelectuais, como Domingos da Silva Lisboa, como o professor régio Francisco Muniz Barreto de Aragão, dentre outros; assim como soldados, artesãos, alfaiates, mulatos, escravos, descendentes de escravo. Muitos desses liam e escreviam. Moreno (2019, p. 254) diz:

Diante de tais elementos que retratam algumas das apreensões realizadas pelos *autos da devassa* da Conspiração dos alfaiates, é possível perceber como a escrita circulou de forma intensa no contexto dessa insurreição, pois seus participantes não somente liam, copiavam ou traduziam textos proibidos pela Coroa, que vinham contrabandeados para o Brasil.

Esses dados da pesquisa de Moreno, embora aqui muito sucintos, são reveladores das motivações para se lidar com a escrita, essa nem sempre adquirida nos espaços formais da escolarização. Chama atenção, também, o ano de 1789, quando Vilhena estava no exercício da docência.

Considerações finais

O tratamento da escolarização requer, como diz Mattos e Silva (2004), que se recuperem as fontes históricas disponíveis. Ficam em evidência as questões sócio-históricas, linguísticas e culturais, em que em um determinado recorte temporal, e em um determinado espaço geográfico, um processo de escolarização vai ser observado. Assim, buscou-se neste texto compreender o lugar do escrito em momentos históricos distintos, mas que dialogam, pois tratam dos processos de uso da escrita e sua difusão social, em que a escolarização se faz presente. O primeiro momento enfoca o uso do vernáculo escrito, na sociedade portuguesa do período arcaico (MATTOS E SILVA, 2002); o segundo momento é uma referência aos anos finais do período colonial, a partir da recuperação da política linguística pombalina, que repercutiu no Brasil, mormente, na Bahia, seguindo-se a proposição da agenda de pesquisa de Mattos e Silva (2004).

Neste texto, faz-se um recorte no final do período colonial, para elucidar dados da escolarização, na Bahia, a partir da política pombalina. Contemplam-se alguns períodos. O ano de 1760, quando se deu o primeiro exame público para selecionar professores régios. Dados apresentados por Vilhena, entre 1798 e 1799, esclarecem sobre a escola, alunos, professores; também alguns dados dos finais do setecentos da pesquisa de Moreno (2019) demonstram sobre a escrita dos insurgentes baianos. Nos inícios do oitocentos, tem-se informações do *Almanach para a Cidade da Bahia, Anno 1812*, que muito apresenta sobre escolas, professores, e sobre a vida cultural da cidade.

Mattos e Silva (2004) associa o português culto, que começou a definir-se na segunda metade do século XVIII para cá, à escolarização, ao uso escrito e a sua normatização. No caso da Bahia, entendendo-se as limitações dos processos de escolarização, mas pelos dados levantados, há evidências de que houve uma difusão do escrito no período recortado, mormente em sua capital, Salvador. A Bahia tinha uma situação política, econômica e cultural privilegiada, não sendo muito dizer, mas relativizando, a Bahia/Salvador apresentava-se mesmo como a “Cabeça do Estado”, mantidas a sua centralidade/capitalidade, pela sua representatividade no cenário da colônia e de seus parceiros econômicos.

Referências bibliográficas

- Almanach para a cidade da Bahia.** Anno 1812. Bahia: Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva.
- ANDRADE, Antonio. A. B. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil.** São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Publicado sob a administração do diretor Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva.** Volume XXXI. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1913.
- BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola.** São Paulo: Unesp, 2017.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva, 1978.
- MAGALHÃES, Pablo I.; COSTA, Alex A. Los libros escolares impresos en tipografía de Serva (Bahia, 1811–1846): bibliografía e historia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1- 29, 2019.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. *In*: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. (orgs.). **O português quinhentista: estudos linguísticos.** Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 27-41.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2004.
- MORENO, André Luiz A. **Escrita (in)surgente: distribuição social da escrita nos movimentos sediciosos do Brasil de finais do período colonial.** Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portugueza** desde a ultima compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Na Typografia Maigrense, Anno de 1829.
- SILVA, José Carlos de A. **As aulas régias na capitania da Bahia (1759–1827): pensamento, vida e trabalho de “Nobres” professores.** Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.
- SOUZA, Avanete P. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. *In*: SOUZA, Evergton. S.; MARQUES, Guida S.; SILVA, Hugo R. (org). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica.** Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.p. 99-125
- TAVARES, Luis Henrique D. **História da Bahia.** 11 ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Vol. 1. Salvador: Itapuã, 1969.